

# ***B2W – Companhia Global do Varejo***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e Parecer  
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da  
B2W – Companhia Global do Varejo  
Osasco – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da B2W – Companhia Global do Varejo (Companhia) e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da B2W – Companhia Global do Varejo em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além da informação suplementar compreendendo a demonstração dos fluxos de caixa sobre os quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 26 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, exceto a demonstração das origens e aplicações de recursos que está sendo substituída pela demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. A demonstração do valor adicionado correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8

John Alexander Harold Auton  
Contador  
CRC 1RJ 078.183/O-2 "S" SP

## B2W – COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A B2W – Companhia Global do Varejo, com sede no município de Osasco, no Estado de São Paulo, é uma Sociedade Anônima de capital aberto, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico e a Submarino S.A. (fusão aprovada em 13 de dezembro de 2006 pelos seus acionistas).

A Companhia e suas controladas têm como objeto social a comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral por diversos meios de comercialização, em especial a Internet; aluguel de filmes e correlatos; intermediação e distribuição de ingressos, passagens e tíquetes para atrações públicas, parques e eventos em geral; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito; e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral.

A B2W possui em seu portfólio as marcas Americanas.com, Shoptime, Submarino, Submarino Finance, B2W Viagens, Ingresso.com e Blockbuster *on-line*, que oferecem centenas de milhares de produtos e serviços em diversas categorias por intermédio dos canais de distribuição internet, catálogos, TV e quiosques. A B2W também oferece serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (*business to business to consumer* - B2B2C).

Em 31 de março de 2007, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a incorporação da B2W por sua subsidiária integral TV Sky Shop. Por conta da incorporação, o patrimônio líquido da TV Sky Shop foi aumentado pelo valor correspondente ao acervo líquido contábil da B2W em 31 de dezembro de 2006 (data-base das demonstrações financeiras para o processo de incorporação), no valor de R\$371.587, já deduzido o investimento na própria TV Sky Shop, de R\$28.967. As variações patrimoniais apuradas pela B2W a partir de 31 de dezembro de 2006 até a data da aprovação da incorporação (31 de março de 2007) foram apropriadas na TV Sky Shop.

Em conexão com a incorporação ocorrida em 31 de março de 2007, a TV Sky Shop adotou a denominação social, o estatuto social e o plano de opção de compra de ações da B2W aprovado em 13 de dezembro de 2006, sucedendo a B2W em todos os seus direitos e obrigações.

A B2W é constituída sob as regras estabelecidas pelo Novo Mercado da Bovespa, o mais alto nível de governança corporativa. Estas incluem uma base acionária composta exclusivamente por ações ordinárias e a eleição de membros independentes para o Conselho de Administração. A B2W conta com um Conselho de Administração formado por nove membros, sendo cinco indicados pelo acionista controlador, Lojas Americanas S.A., e quatro membros independentes.

A B2W apresentou à Comissão de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores de São Paulo, respectivamente, pedido de registro de companhia aberta e de admissão de negociação das suas ações no segmento especial de listagem do Novo Mercado, os quais foram deferidos em julho de 2007, permitindo à B2W tomar as providências necessárias à conclusão da substituição das ações de Submarino, originalmente negociadas no Novo Mercado sob o código SUBA3, por ações da B2W, sua sucessora legal, passando a ser negociadas no Novo Mercado sob o código BTOW3. As ações de B2W emitidas em função da incorporação participam em igualdade de condições com as ações anteriormente existentes no tocante a todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, aprovados pela Companhia após a mencionada incorporação.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individual (controladora) e consolidada, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, bem como pelo regulamento de listagem do Novo Mercado.

### b) Alterações introduzidas na Lei 6.404/76 através da Lei 11.638/08 e Medida Provisória 449/08

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como parte deste processo de harmonização, a Companhia e suas controladas estão adotando como base para a apresentação e elaboração das suas demonstrações financeiras, pela primeira vez, os pronunciamentos contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Conselho Federal de Contabilidade, e as alterações da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. A seguir destacamos os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações financeiras e as notas explicativas da Companhia e de suas controladas ora apresentadas:

- Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovada pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007;
- CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Financeiras; aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, aprovados pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Conseqüentemente, as seguintes práticas contábeis foram adotadas e modificadas pela Companhia e suas controladas, seguindo as respectivas CPCs descritas acima em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- Está deixando de divulgar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos divulgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2007;
- Divulgou a Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e de 2007;
- Avaliou os ativos registrados em 31 de dezembro de 2008 no imobilizado, intangível e diferido para *impairment* e concluiu que não era requerido nenhum ajuste;
- Definiu o Real como a sua moeda funcional;

- Analisou seus ativos registrados como imobilizado e diferido e quando aplicável transferiu para o Intangível aqueles itens de natureza incorpórea;
- Reavaliou sua divulgação dos saldos e transações com partes relacionadas, incluindo transações e benefícios a seus diretores e seus principais executivos;
- Avaliou os contratos de arrendamento, principalmente aqueles relacionados com centros de distribuição, concluindo que os mesmos apresentam características de arrendamento operacional;
- Reclassificou os custos com as captações para o passivo, como redutores das debêntures;
- Registrou os custos com os programas de remuneração baseada em ações em seu resultado operacional e efetuou as divulgações requeridas;
- Apurou o ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo e concluiu que os efeitos principais a serem registrados são os valores nas rubricas “contas a receber”, “fornecedores”, “estoques” e nas respectivas contas de contrapartida no resultado do exercício;
- Não ajustou retroativamente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 para fins comparativos às do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Todos os novos procedimentos aplicáveis e adotados em 2008 pela Companhia e controladas que trariam impacto retroativo aos saldos ativos e passivos existentes em 2007 foram ajustados retroativamente ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2008 e não conforme preconizado pela NPC 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”. A contrapartida dos ajustes de prática contábil na Controladora e nas controladas (efeitos por equivalência patrimonial) foi efetuada na rubrica de lucros ou prejuízos acumulados (ajustes de exercício anterior);
- Manteve, conforme facultado pela Medida Provisória nº449/08, para amortização durante o prazo dos benefícios auferidos e considerando sua efetiva recuperabilidade (sujeito a teste de *impairment*), certos os gastos registrados no Ativo Diferido, referentes a despesas pré-operacionais. Outros gastos que não se caracterizavam como pré-operacionais foram analisados e quando aplicáveis reclassificados para o Imobilizado e Intangível. Aqueles que não atenderam a estas características foram registrados como despesas do exercício quando incorridos em 2008 e contra lucros acumulados quando referentes ao saldo existente em 31 de dezembro de 2007. Adicionalmente, foi extinto o grupo de receitas e despesas não operacionais na demonstração do resultado, sendo este substituído pelo grupo “Outras receitas (despesas) operacionais”;

- Categorizou seus instrumentos financeiros, quando aplicável, entre: (i) destinados a negociação, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis, considerando que estes devem ser registrados pelo seu valor de mercado ou valor equivalente quando destinados a negociação e disponíveis para venda e pelo valor de custo de aquisição atualizado, conforme disposições contratuais, ajustados ao seu valor provável de realização, quando este for inferior, quando se tratar de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento. Adicionalmente, ajustou os instrumentos financeiros derivativos (*swaps* tradicionais) e respectivas dívidas (itens objeto de *hedge*) ao valor justo (*hedge accounting*), bem como divulgou todas as informações requeridas relativas aos seus instrumentos financeiros, incluindo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade;
- Em conexão com a categorização dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) efetuadas pela Companhia na data de transição da nova Lei 11.638/07, houve a necessidade de se reclassificar a aplicação financeira registrada em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$33.803 na controladora (R\$39.015 no consolidado) como disponibilidades para títulos e valores mobiliários. Assim sendo, o saldo de caixa e bancos em 31 de dezembro de 2007 na demonstração dos fluxos de caixa foi ajustado entre os exercícios:

Reclassificação -

<u>Caixa e bancos</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>01/01/2008</u>	<u>Reclassificação</u>
Controladora	115.565	81.762	33.803
Consolidado	122.219	83.204	39.015

- Criou um novo subgrupo de contas “ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a valores de mercado, principalmente instrumentos financeiros.

Os efeitos contábeis registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no patrimônio líquido, quando da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, estão demonstradas a seguir:

Lucro líquido anterior a aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u>87.887</u>
<u>Efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08:</u>	
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(26.165)
Ajuste da aplicação do <i>hedge accounting</i>	23.750
Baixa de ativos diferidos não reclassificáveis	(11.682)
Pagamento baseado em ações	(1.727)
Efeitos fiscais sobre os ajustes contábeis da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u>5.380</u>
Efeito líquido	<u>(10.444)</u>
Saldos após a aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u><u>77.443</u></u>

	<u>Patrimônio líquido</u>
Patrimônio líquido em 31/12/2007	<u>322.520</u>
<u>Efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08 sobre o patrimônio líquido de 31/12/2007:</u>	
Reserva de capital - pagamento baseado em ações	1.781
Ajustes de exercício anterior:	
Pagamento baseado em ações	(1.781)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(58.533)
Baixa de ativos diferidos não reclassificáveis	(9.270)
Efeitos fiscais sobre os ajustes contábeis da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u>23.659</u>
Efeito líquido	<u>(44.144)</u>
Patrimônio líquido em 31/12/2007 após aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u><u>278.376</u></u>

A Companhia e suas controladas, na preparação de suas demonstrações financeiras ora apresentadas, consideraram a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a serem determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes quando do fechamento contábil em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. Caso a Companhia e controladas decidam efetivamente pelo RTT, irão consignar a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no exercício de 2009.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Sendo assim, nestas demonstrações financeiras são incluídas várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, ao retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis e diferidos, as provisões para vendas em contas a receber de clientes e estoques, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, à expectativa de realização de imposto de renda e de contribuição social diferidos, às provisões necessárias para passivos contingentes, a mensuração do valor do benefício concedido através do plano de opção de compras de ações, do valor justo dos instrumentos financeiros, à determinação de provisão para imposto de renda e outras similares, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais, quando realizados.

#### b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- (i) As receitas de vendas de mercadorias e serviços, que incluem o frete cobrado de clientes, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente, são registrados como “Outras obrigações” (passivo circulante);

- (ii) Os custos de mercadorias vendidas e dos serviços prestados incluem o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores;
- (iii) As despesas com publicidade são reconhecidas quando da sua efetiva veiculação deduzidas da participação dos fornecedores;
- (iv) As despesas com fretes relacionados à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.

#### c) Moeda Estrangeira

Em função da definição da moeda funcional como sendo o Real, os ativos e passivos indexados em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento dos balanços e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nos resultados dos exercícios na rubrica e variação cambial.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo através do patrimônio líquido; e (2) passivos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração da Companhia e de suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação (exceto para as transações contratadas anteriores a 31 de dezembro de 2007 que foram categorizadas na data de transição para a nova lei contábil conforme preconizado pela CPC 13).

(ii) Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e do patrimônio líquido:

Nessa categoria estão incluídos as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas (os quais são classificadas como disponível a venda e estão registradas no ativo circulante), bem como os instrumentos financeiros derivativos e respectivas dívidas objeto de proteção (“*hedge*”) quando atendidas as condições de “*hedge accounting*”. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras” no caso dos instrumentos financeiros derivativos e as respectivas dívidas de proteção e, no caso das aplicações financeiras, na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”, classificada no patrimônio líquido até sua efetiva realização, quando a variação é refletida no resultado e o efeito registrado no patrimônio Líquido revertido.

(iii) Passivos financeiros mantidos até o vencimento:

No caso da Companhia e de suas controladas, compreendem, basicamente determinados empréstimos e financiamentos bancários de moeda nacional (não “protegidos” por instrumentos financeiros) e debêntures. São mensurados ao custo amortizado considerando o método da taxa efetiva de juros, sendo registrados ao resultado dos exercícios de acordo com o período de competência.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos:

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição na data em que são contratados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo de mercado, com as variações registradas contra o resultado do exercício (resultado financeiro). Tendo em vista a Companhia e suas controladas fazerem uso de derivativos com o objetivo de proteção (“*hedge*”), é adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“*hedge accounting*”).

e) Contas a receber

As contas a receber de clientes, representadas basicamente por vendas parceladas com cartões de crédito, estão registradas, líquidas de descontos por antecipações. As vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais, estão registradas na rubrica outras contas a receber.

As transações registradas nas contas a receber foram ajustadas a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos considerando o histórico de perdas monitorado pela Administração.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente calculado sobre fornecedores (compras a prazo), que não excedem o valor de sua realização. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas, considerando-se dados históricos monitorados pela Administração.

As demais contas estão demonstradas ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data dos balanços.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias e os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, foram constituídos em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 25 (NPC 25) – Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, emitidas pelo IBRACON em maio de 1998, e com a Instrução CVM no 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado, anualmente, pelo Conselho de Administração.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as práticas contábeis utilizadas pelas controladas uniformes em relação às utilizadas pela Controladora (Companhia), e a data-base para aplicação do método da equivalência patrimonial é em 31 de dezembro.

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados tais como centros de distribuição é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação.

Conforme dispensa prevista no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia e suas controladas efetuarão, até 31 de dezembro de 2009, a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens corpóreos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes serão tratadas como mudança de estimativas contábeis, a serem reconhecidas de forma prospectiva.

i) Intangível

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados durante os exercícios de 2008 e 2007 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. A partir de 2009 a amortização destes ágios estará sujeita somente a avaliação de *impairment* conforme preconizado pela CPC – 01– Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, não sendo mais aplicável as suas respectivas amortizações.

Durante o exercício de 2008, a Companhia avaliou, para *impairment*, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros e concluiu que não existe nenhum ajuste para perda a ser registrado.

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de *web sites* (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infra-estrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos *sites*), bem como o desenvolvimento gráfico, são registrados como intangível, conforme previsto no Pronunciamento CPC 04, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota explicativa 11).

Os gastos incorridos com aquisição de softwares para uso interno tais como sistemas ERP e sistemas modulares, são capitalizados conforme previsto no Pronunciamento CPC 04 e amortizados de forma linear considerando-se o prazo estimado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota explicativa 11).

Conforme dispensa prevista no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia e suas controladas efetuarão até 31 de dezembro de 2009, a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens incorpóreos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

j) Diferido

Em conexão com a Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou em manter até sua realização no grupo Diferido os saldos relacionados com despesas pré operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade (nota explicativa 12) durante o prazo dos benefícios auferidos.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo (não circulante)

As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal como resultado de um evento passado e quando um recurso econômico seja provável de ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas considerando a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, com base nas alíquotas de (i) 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base tributável (impostos ativos diferidos).

As demais contas estão demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

l) Recuperabilidade de ativos

A Companhia e suas controladas analisaram o valor contábil líquido dos ativos imobilizado, intangível e diferido com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, e demais ativos e passivos, quando aplicáveis e relevantes, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Para as contas a receber de clientes, utilizou-se a taxa média de desconto de 14,25% a.a. (de 11,76% a.a. a 19,03% a.a.) em 2008 e 12,86% a.a. em 2007 e, para fornecedores a taxa de captação de 13,33% a.a. (de 11,94% a.a. a 15,96% a.a.) em 2008 e 12,22% a.a. (de 11,78% a 13,86%) em 2007.

A constituição do ajuste a valor presente de compras a prazo é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” (nota explicativa nº 6) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras” e “custos das mercadorias vendidas”, respectivamente, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber de clientes” (nota explicativa nº 5) e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo. Os efeitos do ajuste a valor presente referentes ao exercício de 2007 foram registrados em contrapartida ao Patrimônio líquido em função do processo de transição contábil (CPC 13).

n) Lucro líquido por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços, que compreende o número de ações do capital social integralizado, excluídas as ações em tesouraria.

o) Plano de opção de compra de ações

O valor justo dos respectivos instrumentos financeiros é calculado na data da outorga do programa de opção de compra de ações, com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se quando aplicável, premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia, taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (“*vesting period*”) e *dividend yield*. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados em despesas operacionais pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário sendo a contraparte uma reserva de capital no patrimônio líquido.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

q) CrITÉrios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pela CVM nº 247/96, e abrangem as demonstrações financeiras da controladora B2W – Companhia Global do Varejo, das empresas controladas e controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente, indicadas na nota explicativa 9.

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa 3. No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de transações entre as empresas do grupo.

Inexistem diferenças no lucro líquido do exercício e no patrimônio líquido entre controladora e consolidado.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Certificados de Depósito				
Bancário – CDB's	336.293	33.803	338.732	39.015
Debêntures	<u>364.713</u>	<u>-</u>	<u>365.837</u>	<u>-</u>
	<u>701.006</u>	<u>33.803</u>	<u>704.569</u>	<u>39.015</u>

Os títulos e valores mobiliários estão sob a custódia de instituições financeiras de primeira linha.

Os Créditos de Depósito Bancário – CDB, com liquidez imediata, são remunerados à taxa de 100,4% a 104,5% do CDI.

As Debêntures estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 101,3% a 105,0% do CDI, podendo ser negociadas a qualquer momento (“disponível a venda”).

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Cartões de crédito	1.388.599	1.299.791	1.434.142	1.310.668
Desconto de recebíveis	(1.104.112)	(803.110)	(1.104.112)	(803.110)
Demais contas a receber	<u>111.379</u>	<u>191.473</u>	<u>276.980</u>	<u>298.895</u>
	395.866	688.154	607.010	806.453
Ajuste a valor presente	(82.286)	-	(82.286)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.641)</u>	<u>(5.534)</u>	<u>(11.451)</u>	<u>(7.581)</u>
	<u>305.939</u>	<u>682.620</u>	<u>513.273</u>	<u>798.872</u>

As operações com cartões de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às administradoras de cartões de créditos, podendo ser parceladas em até doze meses, e são administradas por terceiros.

A Companhia efetua a operação de desconto de recebíveis de cartões de crédito junto a bancos ou junto às próprias administradoras de cartões de crédito, como forma de a Companhia se prover de capital de giro. Nessa operação, a Companhia entrega os recebíveis como garantia das captações de recursos, mantendo o risco da operação.

As demais contas a receber contemplam, principalmente, vendas efetuadas por meio de operações corporativas, programas de afinidades e acordos comerciais.

## 6. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Mercadorias para revenda	320.471	302.214	356.724	315.060
Suprimentos e embalagens	<u>7.836</u>	<u>1.720</u>	<u>7.836</u>	<u>1.720</u>
	328.307	303.934	364.560	316.780
Ajuste a valor presente	(10.503)	-	(10.503)	-
Provisão para perdas	<u>(9.410)</u>	<u>(5.143)</u>	<u>(9.410)</u>	<u>(5.143)</u>
	<u>308.394</u>	<u>298.791</u>	<u>344.647</u>	<u>311.637</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2008 referem-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte – IRRF e em 2007, a Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Apresentação

De acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 25 (NPC 25) – Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, emitido pelo IBRACON em maio de 1998, e com a Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia e suas controladas, fundamentadas em estudos técnicos anuais de viabilidade, aprovados pela Administração, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém os créditos fiscais de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis ou tributáveis quando atenderem à legislação fiscal e os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

b) Composição dos créditos fiscais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
<u>Parcela de curto prazo:</u>				
Prejuízos fiscais	11.397	2.496	11.782	2.496
Bases negativas de contribuição social	4.103	899	4.242	899
<u>Diferenças temporárias:</u>				
Efeitos Lei 11.638	23.669	-	23.669	-
Outros	<u>20.904</u>	<u>21.138</u>	<u>20.904</u>	<u>21.138</u>
Total	<u>44.573</u>	<u>21.138</u>	<u>44.573</u>	<u>21.138</u>
	<u>60.073</u>	<u>24.533</u>	<u>60.597</u>	<u>24.533</u>

<u>Parcela do longo prazo:</u>				
Prejuízos fiscais	12.446	26.113	13.971	27.446
Bases negativas de contribuição social	4.480	9.400	5.030	9.880
Diferenças temporárias:				
Efeitos lei 11.638	5.814	-	5.814	-
Outros	<u>1.452</u>	-	<u>1.452</u>	-
Total	<u>7.266</u>	-	<u>7.266</u>	-
	<u>24.192</u>	<u>35.513</u>	<u>26.267</u>	<u>37.326</u>
Total de créditos fiscais	<u>84.265</u>	<u>60.046</u>	<u>86.864</u>	<u>61.859</u>

c) Expectativa de realização

Demonstramos a seguir a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros e na realização das diferenças temporárias, apurados em cada exercício fiscal:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2008</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2008</u>
2009	60.073	60.597
2010	19.540	20.061
2011	1.163	2.433
2012	1.163	1.447
2013 em diante	<u>2.326</u>	<u>2.326</u>
	<u>84.265</u>	<u>86.864</u>

d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

Segue a conciliação entre alíquotas nominais e efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.339	101.541	121.421	101.238
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(39.215)	(34.524)	(41.283)	(34.421)
Ajustes (adições e exclusões):				
Equivalência patrimonial	1.322	(137)	-	-
Outros	<u>(3)</u>	<u>1.124</u>	<u>(2.695)</u>	<u>1.187</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(37.896)</u>	<u>(33.537)</u>	<u>(43.978)</u>	<u>(33.234)</u>

## 9. INVESTIMENTOS

	Diretos					Total
	Varejo	Participações	Turismo	Financeira Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	Trading ST Importações Ltda.	
Milhares de ações/cotas:		8M Participações Ltda.	Submarino Viagens e Turismo Ltda.			
Ordinárias	4.573	1	2.665	4.010	1.050	
Preferenciais	22	-	-	-	-	
Participação - %	100	100	84,27	50	100	
Definição da Companhia	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada em conjunto	Controlada	
Patrimônio líquido em 31/12/2008	9.197	2.007	7.114	4.310	2.949	
Capital social em 31/12/2008	6.998	2.661	4.080	22.010	4.050	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício findo em 31/12/2008	2.126	225	3.439	(5.034)	1.119	
Total investimentos em 31/12/2008	9.197	2.007	5.995	2.155	2.949	<u>22.303</u>
Total equivalência patrimonial em 31/12/2008	2.126	225	2.935	(2.517)	1.119	<u>3.888</u>
Total investimentos em 31/12/2007	5.089	1.816	3.093	2.172	1.830	<u>14.000</u>
Total equivalência patrimonial em 31/12/2007	985	(190)	1.253	(3.327)	875	<u>(404)</u>

Além da participação direta na Submarino Viagens e Turismo Ltda., a Companhia possui 15,73% de participação indireta nessa investida, por intermédio da 8M Participações Ltda.

A Companhia possui participação acionária de 50% na Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., empresa com administração compartilhada. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se este investimento de forma proporcional (participação de 50%).

A seguir, apresentamos sumário do balanço patrimonial e demonstração do resultado da Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., ponderados pela participação da B2W nessa controlada em conjunto (50% de participação acionária), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
<u>CIRCULANTE</u>		<u>CIRCULANTE</u>	
Disponibilidades	1.134	Contas a pagar	1.734
Outros	<u>902</u>	Salários e encargos sociais a pagar	<u>407</u>
	<u>2.036</u>		<u>2.141</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.075	Capital social	11.005
Imobilizado	48	Prejuízos acumulados	<u>(8.850)</u>
Intangível	<u>137</u>		<u>2.155</u>
	<u>2.260</u>		<u>4.296</u>
TOTAL	<u>4.296</u>	TOTAL	<u>4.296</u>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receitas operacionais, líquidas	934
Despesas administrativas e vendas	(4.237)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>786</u>
Prejuízo líquido no exercício	<u>(2.517)</u>

#### 10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/12/2008		31/12/2007		31/12/2008		31/12/2007	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	13.418	(2.952)	10.466	3.846	13.643	(2.978)	10.665	3.925
Máquinas e equipamentos	10%	39.746	(6.375)	33.371	16.112	39.912	(6.421)	33.491	16.223
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	12.155	(5.444)	6.711	6.302	12.175	(5.444)	6.731	6.302
Equipamentos de informática	20%	26.769	(21.209)	5.560	4.908	27.895	(21.865)	6.030	5.413
Móveis e utensílios	10%	15.304	(3.439)	11.865	8.964	15.639	(3.532)	12.107	9.186
Terrenos		5.754	-	5.754		5.754	-	5.754	
Outros		<u>1.684</u>	<u>(95)</u>	<u>1.589</u>	<u>80</u>	<u>2.047</u>	<u>(162)</u>	<u>1.885</u>	<u>93</u>
		<u>114.830</u>	<u>(39.514)</u>	<u>75.316</u>	<u>40.212</u>	<u>117.065</u>	<u>(40.402)</u>	<u>76.663</u>	<u>41.142</u>

A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros (centros de distribuição – CDs) considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis.

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos “impairment”

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2008, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

## 11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/12/2008		31/12/2007		31/12/2008		31/12/2007	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágios registrados: TV Sky Shop S.A. (incorporadora – Nota 1)	(i)	135.305	(53.866)	81.439	106.511	135.305	(53.866)	81.439	106.511
Ingresso.com S.A.	20%	2.742	(1.606)	1.136	1.732	6.164	(3.613)	2.551	1.732
8 M Participações Ltda.	20%	=	=	=	=	<u>2.079</u>	<u>(1.281)</u>	<u>798</u>	<u>3.337</u>
		138.047	(55.472)	82.575	108.243	143.548	(58.760)	84.788	111.580
Desenvolvimento de web sites e sistemas	20%	181.008	(24.821)	156.187	98.132	181.804	(24.821)	156.983	99.734
Direito de uso de software	20%	73.212	(33.572)	39.640	18.624	78.555	(34.768)	43.787	18.624
Licença de uso de marca Blockbuster on-line	(ii)	21.039	(1.106)	19.933	21.000	21.039	(1.107)	19.932	21.000
Outros		<u>892</u>	<u>-</u>	<u>892</u>	<u>890</u>	<u>898</u>	<u>-</u>	<u>898</u>	<u>896</u>
		<u>414.198</u>	<u>(114.971)</u>	<u>299.227</u>	<u>246.889</u>	<u>425.844</u>	<u>(119.456)</u>	<u>306.388</u>	<u>251.834</u>

a) Ágios

O ágio referente ao investimento na TV Sky Shop S.A. foi constituído quando da aquisição da Shoptime S.A. (Shoptime) e da TV Sky Shop S.A. (TV Sky) pela Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico (Americanas.com). Em 31 de agosto de 2005, a Americanas.com adquiriu o equivalente a 98,85% do capital da Shoptime, detentora de 56% do capital da TV Sky, e 44% do capital da TV Sky. No primeiro trimestre de 2006, a Americanas.com adquiriu 1,15% faltante da Shoptime, totalizando 100% do capital desta.

Em 1º de agosto de 2006, a Shoptime foi incorporada por sua controlada TV Sky e, dessa forma, o ágio registrado na Americanas.com em referência ao investimento na Shoptime foi somado ao ágio referente ao investimento na TV Sky, montando ao valor total de R\$135.305. Com a fusão da Americanas.com e Submarino S.A. em 13 de dezembro de 2006, foi formada a B2W, sucedendo todos os direitos e obrigações de Americanas.com e, conseqüentemente, a parcela do ágio referente à TV Sky.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das outras participações societárias (nota explicativa 9) estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizados durante os exercícios de 2008 e 2007 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nestas investidas. A partir de 1º de janeiro de 2009 a amortização destes ágios estará sujeita somente a avaliação de *impairment* conforme preconizado pela CPC – 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não sendo mais aplicável as suas respectivas amortizações.

Durante o exercício de 2008, a Companhia avaliou, para *impairment*, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros e concluiu que não existe nenhum ajuste para perda a ser registrado.

b) Desenvolvimento de *web sites* e sistemas / Direitos de Uso de Software

Representam, principalmente, gastos com plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *lay-out* gráfico dos *sites*), desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com implantação de sistema ERP Oracle.

c) Licenças de uso – marca Blockbuster (*on-line*)

Representam, essencialmente, a marca Blockbuster no segmento *on-line*, adquirida pela Companhia por R\$21.000 em dezembro de 2007, da BWU – Comércio e Entretenimento S.A, empresa controlada da Lojas Americanas S.A.. O valor da aquisição está suportado por laudo de avaliação econômico preparados por peritos independentes.

Comentários adicionais

- (i) 10% a.a. até 31 de março de 2007 (20% a.a. a partir de 1º de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2008).

- (ii) Amortização, essencialmente, de 5,26% a.a., referente ao direito de uso da marca Blockbuster no segmento *on-line*.

## 12. DIFERIDO

	Taxa anual de depreciação	Controladora			Consolidado				
		31/12/2008	31/12/2007		31/12/2008	31/12/2007			
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	20%	84.700	(7.350)	77.350	70.468	93.035	(15.049)	77.986	71.396
Gastos com reestruturação	20%	-	-	-	14.924	-	-	-	14.924
		<u>84.700</u>	<u>(7.350)</u>	<u>77.350</u>	<u>85.392</u>	<u>93.035</u>	<u>(15.049)</u>	<u>77.986</u>	<u>86.320</u>

Conforme facultado pela Medida Provisória nº449/08, a Companhia e controladas mantiveram para amortização pelo prazo dos benefícios auferidos (máximo de 5 anos) e considerando sua efetiva recuperabilidade (sujeito a teste de *impairment*) os gastos registrados no Ativo Diferido, referentes a despesas pré operacionais. Outros gastos que não se caracterizavam como pré-operacionais ou com reestruturação (saldos de 31 de dezembro de 2007) foram analisados e quando aplicável, reclassificados para o Imobilizado e Intangível. Aqueles que não atenderam a estas características foram registrados como despesas do exercício quando incorridos em 2008 e contra lucros acumulados quando referentes ao saldo existente em 31 de dezembro de 2007.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<b>Moeda nacional:</b>					
Capital de giro	115% CDI	119.884	287.632	239.183	298.216
BNDES (a)	TJLP + 4,75% a.a.	<u>4.250</u>	<u>6.681</u>	<u>4.250</u>	<u>6.681</u>
		124.134	294.313	243.433	304.897
<b>Moeda estrangeira (c):</b>					
Capital de giro (b)	US\$ + 4% a 7,2% e JPY + 0,8% a 2,4%a.a.	892.637	190.646	987.373	295.946
Saldo a pagar (receber) nas operações de swap (b)	105,8 a 135% CDI	<u>(175.436)</u>	<u>42.680</u>	<u>(172.904)</u>	<u>43.685</u>
Total		<u>841.335</u>	<u>527.639</u>	<u>1.057.902</u>	<u>644.528</u>
Parcela de longo prazo		<u>(258.024)</u>	<u>(107.573)</u>	<u>(258.024)</u>	<u>(107.573)</u>
Parcela de curto prazo		<u>583.311</u>	<u>420.066</u>	<u>799.878</u>	<u>536.955</u>

- (a) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa “Cidadão conectado – Computador para todos”, FINAME, para aquisição de máquinas e equipamentos e outros. A garantia desses empréstimos e financiamentos consiste nas máquinas e nos equipamentos financiados.

- (b) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de

câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* (veja nota explicativa 21). A Administração está registrando estas transações utilizando o método contábil do *hedge accounting*.

- (c) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).
- (d) Nos contratos firmados com as referidas instituições financeiras não existem cláusulas restritivas de dívida (*debt covenants*).

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos nos seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
2009	-	101.268	-	101.268
2010	175.104	141	175.104	141
2011	33.828	6.164	33.828	6.164
2012	32.848	-	32.848	-
2013	<u>16.244</u>	<u>-</u>	<u>16.244</u>	<u>-</u>
	<u>258.024</u>	<u>107.573</u>	<u>258.024</u>	<u>107.573</u>

#### 14. DEBÊNTURES

Na reunião do Conselho de Administração realizada nos dias 02 de julho de 2008 ratificada em 18 de julho de 2008, foi deliberada a primeira emissão e distribuição pública de debêntures, conforme demonstrado abaixo:

<u>Data da emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Quantidade colocada no mercado</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>
10/07/2008	36.440	36.440	10	R\$ 364.400	CDI + 2%

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta saldo de R\$1.898 referente ao gastos de emissão de debêntures, o qual está registrado retificando o saldo de debêntures no passivo de curto (R\$406) e de longo prazo (R\$1.492), conforme previsão na CPC 08, e sendo realizado pelo regime de competência, conforme prazo de vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- Tipo e forma: As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- Prazo e data de vencimento: As debêntures tem prazo de vencimento de 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 10 de julho de 2013.
- Amortização: As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013.

- Remuneração: As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10.
- Periodicidade de pagamento da remuneração: Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro 2009.
- Distribuição e colocação: As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- Índices financeiros: Os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado / Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x.

Na mensuração desses índices, entende-se por (i) “Dívida Líquida Consolidada”, o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar com operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e títulos e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos; (ii) “EBITDA Adaptado”, o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações ocorridas no mesmo período; (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras do mesmo período; e (d) da equivalência patrimonial; sendo todos apurados no período de 12 meses e, sem considerar os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei 10.303, de 31 de dezembro de 2001 e pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007); e, (iii) “Resultado Financeiro Líquido Consolidado”, as receitas financeiras, menos as despesas financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia vem atendendo as cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

- Limites e índices financeiros: no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das debêntures. Após a realização de Assembléia, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado.

- Garantia: As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

## 15. TRIBUTOS A RECOLHER (CIRCULANTE)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	20.762	24.502	21.881	24.646
Impostos retidos na fonte	5.245	3.772	5.245	3.772
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.920	1.974	3.066	2.116
Imposto sobre Serviço - ISS	23	1.813	219	1.823
Outros	<u>558</u>	<u>655</u>	<u>1.487</u>	<u>1.045</u>
	<u>29.508</u>	<u>32.716</u>	<u>31.898</u>	<u>33.402</u>

## 16. TRIBUTOS A RECOLHER (NÃO-CIRCULANTE)

A Companhia está pleiteando a suspensão da exigibilidade do pagamento do ICMS sobre a base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS. Dessa forma, a Companhia passou a monitorar a sua aplicabilidade, benefício e, quando necessário, excluir o ICMS da base das referidas contribuições em virtude do deferimento de liminar. Os montantes quando não recolhidos estão provisionados e atualizados monetariamente pela taxa SELIC, até o transito em julgado da ação judicial.

## 17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, principalmente, a obrigações com fornecedores de bens de imobilizado e intangível, contratação de serviços de publicidade, marketing, fretes, aluguel e condomínio.

## 18. PARTES RELACIONADAS

a) Obrigações não circulantes

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar, na controladora e no consolidado, à controladora Lojas Americanas S.A. (LASA), no montante de R\$2.090 (R\$7.583 em 31 de dezembro de 2007), respectivamente, é decorrente, basicamente, de saldo de conta corrente sem a incidência de encargos financeiros.

b) Acordo de cooperação comercial e outras avenças

A Companhia possui Acordo de Cooperação Comercial e outras Avenças com a controladora Lojas Americanas S.A. (LASA), visando à coordenação de esforços em várias áreas de atividade, em benefício mútuo, quais sejam: (i) venda de mercadorias adquiridas da LASA pela Companhia, (ii) forma de competição, (iii) instalação de quiosques da Companhia nas instalações comerciais da LASA, (iv) utilização de pessoal, (v) uso de marca e utilização de publicidade em conjunto.

Esse acordo prevê que as mercadorias adquiridas para revenda e provenientes da LASA serão adquiridas pelo preço de custo do produto pago pela LASA ao fornecedor e entregue em seus Centros de Distribuição, acrescido dos tributos e outros encargos diretamente incidentes sobre a compra e venda, e de um percentual de 2% sobre o preço de custo do produto, até que a Companhia atinja o volume acumulado de compras da LASA de R\$10.000 por ano. Após atingir esse volume, ocorrerá um acréscimo para 3% sobre o preço de custo do produto, permanecendo inalteradas as demais condições.

No exercício de 2008, a Companhia efetuou aquisições de mercadorias junto à controladora Lojas Americanas S.A, no valor de R\$ 751 (R\$7.582 em 2007).

c) Licenciamento do uso da marca Americanas.com e marcas similares

A Companhia firmou contrato de licença para uso de marca com a LASA, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a LASA detiver participação societária relevante na Companhia.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, compostos abaixo, são referentes à contas-correntes operacionais entre as empresas do grupo, sem incidência de juros.

	<u>Saldos de ativo</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
<u>Controladas diretas</u>		
Ingresso.com S.A.	1.026	41
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	4.405	26
Outros	<u>912</u>	<u>315</u>
	<u>6.343</u>	<u>382</u>
<u>Controlada em conjunto</u>		
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	<u>997</u>	<u>283</u>
Total	<u>7.340</u>	<u>665</u>

Veja notas explicativas 20 i e 25 referentes a Plano de Opção de Compras de Ações e remuneração a conselheiros, diretores e principais executivos.

## 19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração apresenta processo de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por Departamento Jurídico próprio e por assessores jurídicos externos. Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais (R\$6.156 e R\$6.175 em 31 de dezembro de 2008, R\$2.719 em 31 de dezembro de 2007, respectivamente na controladora e no consolidado). Esses valores, em sua maioria, não estão vinculados às provisões para contingências.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. A seguir, demonstramos os saldos das provisões para contingências:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Fiscais	-	290	-	290
Trabalhistas	1.687	96	1.687	96
Cíveis	<u>2.583</u>	<u>1.494</u>	<u>2.583</u>	<u>1.494</u>
	<u>4.270</u>	<u>1.880</u>	<u>4.270</u>	<u>1.880</u>

Os valores provisionados segundo a opinião dos assessores jurídicos (“prováveis perdas”) referem-se as causas cíveis e causas trabalhistas, as quais a Companhia e suas controladas são parte. Representam basicamente ações impetradas por consumidores relacionados as suas atividades comerciais e pleitos de horas extras, diferencial de férias e décimo terceiro e outros benefícios.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências cíveis e trabalhistas, cuja natureza em sua maioria reflete o descrito no parágrafo acima, no montante aproximado de R\$27.584, controladora e consolidado. Com base na posição de seus assessores jurídicos externos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a B2W – Companhia Global do Varejo foi constituída em 13 de dezembro de 2006, a partir da fusão entre Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico e a Submarino S.A..

A constituição da Companhia resultante da fusão foi efetuada por meio da contribuição, pelo seu valor patrimonial contábil, dos acervos líquidos de Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico e Submarino S.A., os quais foram avaliados com base nos balanços patrimoniais auditados das respectivas Companhias em 30 de setembro de 2006 (data-base da fusão), considerando-se determinados eventos subsequentes.

O capital social totalmente integralizado está dividido em 113.535.372 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Segue composição acionária em 31 de dezembro de 2008:

	<u>Ações ordinárias</u>
Acionistas no exterior	30.880.365
Acionistas no País	82.655.007

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 200.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço e as condições de integralização.

Em 31 de março de 2007, em Assembléia de acionistas da Companhia, foi aprovada a redução do capital social no montante dos prejuízos acumulados de R\$122.645, passando este de R\$151.612 para R\$28.967 naquela data, sem o cancelamento de ações ou restituição aos acionistas.

Em 31 de março de 2007, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a incorporação da B2W por sua subsidiária integral TV Sky Shop. Por conta da incorporação, o patrimônio líquido da TV Sky Shop foi aumentado pelo valor correspondente ao acervo líquido contábil da B2W em 31 de dezembro de 2006 (data-base das informações trimestrais para o processo de incorporação), deduzindo o investimento na própria TV Sky Shop. As variações patrimoniais apuradas pela B2W a partir de 31 de dezembro de 2006 até a data da aprovação da incorporação (31 de março de 2007) foram apropriadas na TV Sky Shop.

O número de ações emitidas pela TV Sky Shop foi calculado considerando-se o fato de a incorporadora ser subsidiária integral da B2W, de forma que o número de ações da TV Sky Shop emitidas em favor dos acionistas da B2W corresponde, para maior facilidade, ao número de ações emitidas pela B2W (antes da incorporação), as quais foram entregues em substituição às ações de propriedade dos acionistas de B2W extintas em razão da incorporação.

As ações de emissão da TV Sky Shop atribuídas aos acionistas da B2W em substituição às ações desta última, todas ordinárias, foram extintas, e fazem jus aos mesmos direitos das ações de emissão da B2W (antes da incorporação).

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro 2008, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$6.799, com a conseqüente emissão de 141.403 ações ordinárias, em razão do exercício de opções outorgados no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (letra i desta nota explicativa).

Em 10 de dezembro de 2007, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia para R\$ 174.767, com a conseqüente emissão de 69.952 ações ordinárias, para fazer face ao exercício de opções outorgadas no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (letra i desta nota explicativa). O aumento de capital relacionado ao exercício de opções outorgadas montou a R\$3.180.

b) Ações em tesouraria

Em 08 de maio de 2008, o Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Instrução CVM n<sup>os</sup> 10/80 e 268/97, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, utilizando reservas patrimoniais, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou cancelamento, podendo efetuar posterior alienação, durante os próximos 365 dias, até o limite de 4.971.895 ações ordinárias, que correspondem a 10% das ações em circulação no mercado. Inexistiram alienações de ações em tesouraria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Movimentação das ações em tesouraria:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio ponderado de aquisição</u>
Em 01 de janeiro de 2007	-	-	-
Aquisição de ações	<u>1.353.200</u>	<u>99.677</u>	73,66
Em 31 de dezembro de 2007	1.353.200	99.677	73,66
Aquisição de ações	<u>1.971.904</u>	<u>122.206</u>	61,97
Em 31 de dezembro de 2008	<u>3.325.104</u>	<u>221.883</u>	66,73

Os custos mínimos e máximos de aquisição por ação foram de R\$46,39 e R\$74,20 respectivamente. O valor de mercado da ação da Companhia na última cotação anterior ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$23,80 (R\$71,00 em 31 de dezembro de 2007).

c) Resgate de ações preferenciais

Após a formação inicial do capital social da Companhia B2W (antes da incorporação na TV Sky Shop), em 13 de dezembro de 2006, e a constituição de reserva de capital, a totalidade das ações preferenciais foi resgatada mediante o pagamento de R\$441.047 no primeiro trimestre de 2007 com o respectivo cancelamento das ações preferenciais sem redução do capital social.

d) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na nota explicativa 1, em contrapartida ao acervo líquido incorporado.

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

f) Reserva para expansão

A reserva para investimentos futuros é constituída com base em orçamento de capital a ser submetido à aprovação dos acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas e destina-se a planos de investimentos futuros da Companhia. Os lucros remanescentes do exercício terão a destinação que for aprovada pela Assembléia Geral Ordinária, de acordo com a proposta submetida pelo Conselho de Administração.

g) Destinação do lucro do exercício

A Administração da Companhia está propondo à Assembléia Geral de Acionistas destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme a seguir:

	<u>R\$</u>	<u>R\$ por lote de mil ações, excluindo ações em tesouraria</u>
Lucro líquido do exercício	77.443	
Compensação de prejuízos acumulados	<u>(1.605)</u>	
	75.838	
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(3.792)</u>	
	72.046	
Dividendos destinados (25%)	<u>(18.012)</u>	163,43
Constituição de reserva para expansão	<u>54.034</u>	

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação em vigor.

h) Ajustes de exercícios anteriores

Conforme preconizado pela CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por não ajustar retroativamente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 para fins comparativos às do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (estas ajustadas pelos efeitos dos ajustes contábeis advindos da nova Lei Contábil 11.638/07 e Medida Provisória 449/08). Todos os novos procedimentos aplicáveis e adotados em 2008 pela Companhia que trariam impacto retroativo aos saldos ativos e passivos existentes em 2007 foram ajustados retroativamente ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2008 e não conforme preconizado pela NPC 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”. A contrapartida dos ajustes de prática contábil na Controladora e nas controladas (efeitos por equivalência patrimonial) foi efetuada na rubrica de lucros ou prejuízos acumulados (ajustes de exercício anterior).

O detalhamento dos ajustes retroativos a 01 de janeiro de 2008 que foram registrados diretamente no patrimônio líquido como ajustes de exercício anterior estão individualizados na nota 2 b.

i) Plano de opção de compra de ações

A B2W – Companhia Global do Varejo aprovou, na AGE de 13 de dezembro de 2006, Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), na forma do § 3º do art. 168 da Lei no. nº 6.404/76, destinado aos Administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas. A AGE de 31 de março de 2007 que deliberou sobre a incorporação da B2W – Companhia Global do Varejo na TV Sky Shop S.A. ratificou a manutenção do Plano aprovado em dezembro de 2006, como mencionado. As opções são limitadas a 3% do total do capital social. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou por um Comitê por ele designado. O programa de opção de compra de ações foi aprovado com volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a Companhia e o beneficiário. O preço de exercício foi fixado em R\$45,46 (valor

histórico) por opção, correspondente ao valor médio ponderado de fechamento das ações da Submarino S.A. (empresa fusionada com a Americanas.com) nos últimos 22 pregões da BOVESPA anteriores a 23 de novembro de 2006 (data de assinatura do protocolo de fusão), sendo o efeito refletido no capital social da Companhia, pelo respectivo preço. O preço de exercício das opções ainda não exercidas será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP-M e de juros de 6% ao ano, deduzidos dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da aprovação do “Plano”.

As ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas condições definidas no Plano, tal como cessão de relação de trabalho. A Companhia possui preferência na opção de recompra das ações uma vez cessada a relação de trabalho.

O valor justo do “Plano” foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Taxa livre de risco	9,79%
Duração do programa em anos	6
Volatilidade anualizada esperada	45,3%
<i>Dividend yield</i>	1,44%
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	19,43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	58,37

Conforme descrito acima, o “Plano” previa um volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a Companhia e o beneficiário. Foram canceladas em face de desligamentos e saídas de executivos 549.934 opções que não foram precificadas para fins do custo de remuneração provenientes do “Plano”.

Da data de aprovação do Programa de Opção de Compra de ações até 31 de dezembro de 2008 foram exercidas:

<u>Período do exercício de opção</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Montante total em Reais</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Valor médio de mercado na data do exercício das opções</u>
2007	69.952	3.180	45,46	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97

Os custos de remuneração provenientes do “Plano” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram de R\$ 1.727 (R\$1.781 referentes aos efeitos de exercícios anteriores registrados como ajuste de exercícios anteriores – alteração de prática contábil CPC 13) tendo como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital – reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do “Plano” a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 5.735.

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2008, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

j) Estatuto social

O Estatuto Social da Companhia está em consonância com às Regras do Novo Mercado, que é um segmento diferenciado da BOVESPA com padrões mais rígidos de governança corporativa e divulgação de informações, ao qual os acionistas e membros da Administração da Companhia escolheram aderir. As principais características das empresas listadas no Novo Mercado são:

- Realização de ofertas públicas de colocação de ações por meio de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações representando 25% do capital;
- Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores no caso de venda da Companhia;
- Conselho de Administração com cinco membros no mínimo, com participação obrigatória de Conselheiros Independentes e mandato unificado de um ano;
- Obrigatoriedade de realização de oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação do Novo Mercado (*tag along*);
- Informação das negociações envolvendo ativos e derivativos de emissão da Companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa;
- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

A Companhia, seus acionistas e os administradores ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nas disposições da Lei n.º 6.404/76, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão Valores Mobiliários, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e, especialmente, no Termo de Voto e Assunção de Obrigações (“Termo de Voto”) celebrado em 13 de dezembro de 2006 e arquivado na sede da Companhia, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara, podendo as

partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo Regulamento, escolher de comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

Além dessas características especiais do Regulamento do Novo Mercado, o Estatuto Social da Companhia contempla ainda características especiais que impedem o registro de ações nas seguintes situações:

- Para os adquirentes do poder de controle, enquanto não subscreverem o Termo de Anuência ao Regulamento do Novo Mercado e o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;
- Para o nome de acionista que se tornar titular de 5% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia enquanto este não assinar o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, dispensada tal assinatura quando essa titularidade decorrer de participação do acionista em processo de distribuição pública ou negociação em bolsa de valores.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

k) Composição acionária da Companhia

- Composição acionária dos acionistas detentores de mais de 5% do capital social da companhia de forma direta ou indireta até o nível da pessoa física (data-base-31/12/2008):

Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON	%	% ex-tesouraria
1	Lojas Americanas S.A.	62.389.539	54,95	56,61
	<b>Total do acionista controlador (A)</b>	<b>62.389.539</b>	<b>54,95</b>	<b>56,61</b>
	The B O N YORK - Programa ADR	2.365.690	2,08	2,15
	Demais ações em circulação	45.123.498	39,74	40,94
	<b>Total das ações em circulação (B)</b>	<b>109.878.727</b>	<b>96,78</b>	<b>99,70</b>
	Conselho de Administração	60.692	0,05	0,06
	Diretoria	270.849	0,24	0,24
	<b>Total das ações dos administradores (C)</b>	<b>331.541</b>	<b>0,29</b>	<b>0,30</b>
	<b>Total (D) = (A) + (B) + (C)</b>	<b>110.210.268</b>	<b>97,07</b>	<b>100,00</b>
	Ações em tesouraria (E)	3.325.104	2,93	
	<b>Total (F) = (D) + (E)</b>	<b>113.535.372</b>	<b>100,00</b>	

- Composição do capital social da pessoa jurídica (acionistas da Companhia) até o nível da pessoa física

LOJAS AMERICANAS S.A. CNPJ: 33.014.556/0001/96			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001	Velame Adm. de Rec e Part. S.A.	133.964.192	17,70
1002	Tobias Cepelowicz	18.154.898	2,40
1003	S-Velame Adm. de Rec e Part S.A.	12.282.922	1,62
1004	Cia. Brasileira de Varejo, LLC	126.001.326	16,64
1005	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	24.319.907	3,21
1006	Volker LLC	10.637.128	1,42
1007	Dreaming Spires LLC	10.855.330	1,43
1008	Cia. Brasileira de Varejo, LLC Citibank	187.800	0,02
1009	Oppenheimer Developing Markets Funds	26.378.300	3,48
	<b>Total dos acionistas controladores (A)</b>	<b>403.789.465</b>	<b>53,34</b>
	<b>Ações em tesouraria (B)</b>	<b>28.397.789</b>	<b>3,75</b>
	<b>Outros</b>	<b>365.862.092</b>	<b>48,33</b>
	<b>Total (A) + (B) + (C)</b>	<b>757.041.684</b>	<b>100,00</b>

VELAME ADM. DE REC E PART. S.A. CNPJ: 07.048.357/0001-99			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001	S-Velame Adm. de Rec e Part S.A.	608.175.027	85,14
1001002	Roberto Moses Thompson Motta	1	0,00
1001003	Ações em tesouraria	106.176.097	14,86
	<b>Total</b>	<b>714.351.125</b>	<b>100,00</b>

S-VELAME ADM. DE REC E PART S.A. CNPJ: 07.048.386/0001-50			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001001	Santa Perpétua Participações S.A.	180.855.467	27,25
1001001002	Santa Monica Participações S.A.	180.855.467	27,25
1001001003	Santa Luzia Participações S.A.	165.000.505	24,86
1001001004	Santa Aparecida Participações S.A.	137.007.250	20,64
	<b>Total</b>	<b>663.718.689</b>	<b>100,00</b>

SANTA PERPÉTUA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 07.232.236/0001-00			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001001001	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
1001001001002	Marcel Hermann Telles	150	-
1001001001003	Cedar Trade LLC	181.286.207	100,00
	<b>Total</b>	<b>181.286.507</b>	<b>100,00</b>

CEDAR TRADE LLC CNPJ: 08.615.222/0001-20			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002003	Doriath Limited	-	100,00
	<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

DORIATH LIMITED CNPJ:			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002003	Jorge Paulo Lemann	-	100,00
	<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

SANTA MONICA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 07.232.203/0001-52			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002001	Marcel Herrmann Telles	150	-
1001001002002	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
1001001002003	Cedar Trade LLC	181.286.248	100,00
	<b>Total</b>	<b>181.286.548</b>	<b>100,00</b>

CEDAR TRADE LLC CNPJ: 08.615.222/0001-20			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002003	Doriath Limited	41.651.000	100,00
	<b>Total</b>	<b>41.651.000</b>	<b>100,00</b>

DORIATH LIMITED CNPJ:			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002003	Jorge Paulo Lemann	41.651.000	100,00
	<b>Total</b>	<b>41.651.000</b>	<b>100,00</b>

SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 07.235.256/0001-27			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001003001	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	166.423.301	100,00
1001001003002	Marcel Herrmann Telles	150	-
1001001003003	Jorge Paulo Lemann	150	-
	<b>Total</b>	<b>166.423.601</b>	<b>100,00</b>

<u>SANTA APARECIDA PARTICIPAÇÕES S.A.</u> CNPJ: 07.234.772/0001-37			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001004001	Marcel Herrmann Telles	138.582.668	100,00
1001001004002	Jorge Paulo Lemann	150	-
1001001004003	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
	<b>Total</b>	<b>138.582.968</b>	<b>100,00</b>

<u>CIA. BRASILEIRA DE VAREJO, LLC</u> CNPJ: 05.542.128/0001-09			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001	Companhia Brasileira de Varejo Limited	45.283.805	100,00
	<b>Total</b>	<b>45.283.805</b>	<b>100,00</b>

<u>COMPANHIA BRASILEIRA DE VAREJO LIMITED</u>			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001001	Pieris Limited	43.427.550	100,00
	<b>Total</b>	<b>43.427.550</b>	<b>100,00</b>

<u>PIERIS LIMITED</u>			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001001001	Jorge Paulo Lemann	2.726	54,52
1005001001002	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	1.137	22,74
1005001001003	Marcel Herrmann Telles	1.137	22,74
	<b>Total</b>	<b>5.000</b>	<b>100,00</b>

- Composição acionária dos acionistas detentores de mais de 5% do capital social da companhia de forma direta ou indireta até o nível da pessoa física (data-base-31/12/2007):

Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON	%
1	Lojas Americanas S.A.	60.893.039	53,73
	<b>Total do acionista controlador (A)</b>	<b>60.893.039</b>	<b>53,73</b>
	The B O N YORK - Programa ADR	3.818.148	3,37
	Demais ações em circulação	46.989.174	41,46
	<b>Total das ações em circulação (B)</b>	<b>50.807.322</b>	<b>44,83</b>
	Conselho de Administração	58.969	0,05
	Diretoria	211.487	0,19
	<b>Total das ações dos administradores (C)</b>	<b>270.456</b>	<b>0,24</b>
	<b>Total (D) = (A) + (B) + (C)</b>	<b>111.970.817</b>	<b>98,80</b>
	Ações em tesouraria (E)	1.353.200	1,20
	<b>Total (F) = (D) + (E)</b>	<b>113.324.017</b>	<b>100,00</b>

O total de ações da Companhia, demonstradas acima, não contempla as ações subscritas (69.952 ações) e que se encontravam em processo de emissão, decorrentes do plano de opção de compra de ações, conforme mencionado nas Notas 20 a, i.

- Composição do capital social da pessoa jurídica (acionistas da Companhia) até o nível da pessoa física

LOJAS AMERICANAS S.A. CNPJ: 33.014.556/0001/96			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001	Velame Adm. De Rec e Part. S.A.	13.396.419.315	17,76
1002	S-Velame Adm. De Rec e Part S.A.	1.228.292.245	1,63
1003	Cia. Brasileira de Varejo, LLC	12.600.132.603	16,71
1004	Mu Hak You	5.496.874.778	7,29
1005	Tobias Cepelowicz	1.658.559.784	2,20
1006	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	2.466.153.187	3,27
	<b>Total dos acionistas controladores (A)</b>	<b>36.846.431.912</b>	<b>48,86</b>
	<b>Ações em tesouraria (B)</b>	<b>2.159.296.407</b>	<b>2,86</b>
	<b>Outros ©</b>	<b>36.408.709.055</b>	<b>48,28</b>
	<b>Total (A) + (B) + (C)</b>	<b>75.414.437.374</b>	<b>100,00</b>

VELAME ADM. DE REC E PART. S.A. CNPJ: 07.048.357/0001-99			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001	S-Velame Adm. de Rec e Part S.A.	608.175.027	85,14
1001004	Ações em tesouraria	106.176.097	14,86
	<b>Total</b>	<b>714.351.124</b>	<b>100,00</b>

S-VELAME ADM. DE REC E PART S.A. CNPJ: 07.048.386/0001-50			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001001	Santa Perpétua Participações S.A.	180.855.467	27,25
1001001002	Santa Monica Participações S.A.	180.855.467	27,25
1001001003	Santa Luzia Participações S.A.	165.000.505	24,86
1001001004	Santa Aparecida Participações S.A.	137.007.250	20,64
	<b>Total</b>	<b>663.718.689</b>	<b>100,00</b>

SANTA PERPÉTUA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 07.232.236/0001-00			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001001001	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
1001001001002	Marcel Herrmann Telles	150	-
1001001001003	Jorge Paulo Lemann	181.286.207	100,00
	<b>Total</b>	<b>181.286.507</b>	<b>100,00</b>

<u>SANTA MONICA PARTICIPAÇÕES S.A.</u> CNPJ: 07.232.203/0001-52			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001002001	Marcel Herrmann Telles	150	-
1001001002002	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
1001001002003	Jorge Paulo Lemann	181.286.248	100,00
	<b>Total</b>	<b>181.286.548</b>	<b>100,00</b>

<u>SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A.</u> CNPJ: 07.235.256/0001-27			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001003001	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	166.423.301	100,00
1001001003002	Marcel Herrmann Telles	150	-
1001001003003	Jorge Paulo Lemann	150	-
	<b>Total</b>	<b>166.423.601</b>	<b>100,00</b>

<u>SANTA APARECIDA PARTICIPAÇÕES S.A.</u> CNPJ: 07.234.772/0001-37			
Nº	ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	%
1001001004001	Marcel Herrmann Telles	138.582.668	100,00
1001001004002	Jorge Paulo Lemann	150	-
1001001004003	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	150	-
	<b>Total</b>	<b>138.582.968</b>	<b>100,00</b>

<u>CIA. BRASILEIRA DE VAREJO, LLC</u> CNPJ: 05.542.128/0001-09			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001	Companhia Brasileira de Varejo Limited	45.283.805	100,00
	<b>Total</b>	<b>45.283.805</b>	<b>100,00</b>

<u>COMPANHIA BRASILEIRA DE VAREJO LIMITED</u>			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001001	Pieris Limited	43.427.550	100,00
	<b>Total</b>	<b>43.427.550</b>	<b>100,00</b>

<u>PIERIS LIMITED</u>			
Nº	ACIONISTA	QUOTAS	%
1005001001001	Jorge Paulo Lemann	2.726	54,52
1005001001002	Carlos Alberto da Veiga Sicupira	1.137	22,74
1005001001003	Marcel Herrmann Telles	1.137	22,74
	<b>Total</b>	<b>5.000</b>	<b>100,00</b>

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

### b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 pela Administração foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F. Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que a Companhia e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado.

Os valores dos principais instrumentos financeiros que refletem possível diferença entre o valor contábil e o valor justo em 31 de dezembro são como se segue:

Em 31 de dezembro de 2008:

	<u>Base do Registro</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Contábil – CPC 14</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativo</u>					
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo (i)	702.311	701.006	705.867	704.569
<u>Passivo</u>					
Debêntures	Custo amortizado	388.793	366.876	388.793	366.876
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	124.134	120.792	243.433	236.879
Moeda estrangeira	Valor justo (ii)	889.702	892.637	984.438	987.373
Swaps tradicionais	Valor justo (ii)	(148.751)	(175.436)	(146.219)	(172.904)

Em 31 de dezembro de 2007:

	<u>Base do Registro</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Contábil – CPC 14</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativo</u>					
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	33.803	33.803	39.015	39.015
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	294.313	294.508	304.897	305.099
Moeda estrangeira	Custo amortizado	190.646	190.801	295.946	296.171
Swaps tradicionais	Custo amortizado	42.680	42.836	43.685	43.694

*(i) AAP: Ajuste de Avaliação Patrimonial**(ii) “Hedge Accounting” (registro contábil da dívida e swaps efetuado pelo valor justo no Resultado)*c) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 85% das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados por terceiros. A Companhia e suas controladas mantêm provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir possíveis perdas.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto as principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

e) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos tais como swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2008, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte destes swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes), geralmente consoante a Resolução nº 2770 do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide condições na nota explicativa de empréstimos e financiamentos – nota explicativa-13) para moeda e taxa de juros locais, variando de 100,0% a 135% do CDI (CDI – EXTRAGRUPPO que equivale a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados – CETIP). Estes contratos montam em 2008 um valor de referência de R\$689.542 na controladora (R\$778.750 no consolidado). Em 2007, R\$222.246 na controladora (R\$325.408 no consolidado). Estas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos, itens objeto de hedge. Neste tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
<u>Objeto do hedge (dívida)</u>	Custo				
	amortizado	889.702	190.646	984.438	295.946
	Valor justo	892.637	190.801	987.373	296.171
		(2.935)	(155)	(2.935)	(225)
<u>Swaps</u>					
<u>Posição ativa (Dólar ou Iene + Pré)</u>	Custo				
	amortizado	(889.702)	(190.646)	(984.438)	(295.946)
	Valor justo	(892.637)	(190.801)	(987.373)	(296.171)
		2.935	155	2.935	225

	Custo				
<u>Posição passiva</u> (% CDI)	amortizado	740.951	233.326	838.219	339.631
	Valor justo	717.201	233.637	814.469	339.865
		23.750	(311)	23.750	(234)
Efeito líquido positivo (negativo)		23.750	(311)	23.750	(234)

O efeito do valor justo do *hedge accounting* em 1º de janeiro de 2008 não foi registrado contabilmente contra patrimônio líquido (CPC 13), em face a não relevância do montante envolvido.

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício de 2008 foram registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber ou a pagar no valor justo de R\$ 175.436 está registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos” (R\$ 172.904 no consolidado) em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2007 na controladora R\$42.680 (R\$ 43.685 no consolidado).

As faixas de vencimentos dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2008 encontram-se a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Montante Total</u>	<u>Saldo</u>	<u>Montante Total</u>	<u>Saldo</u>
2009	685.870	(97.514)	780.606	(94.982)
2010	82.879	(25.618)	82.879	(25.618)
2011	49.709	(20.132)	49.709	(20.132)
2012	49.647	(21.342)	49.647	(21.342)
2013	<u>24.532</u>	<u>(10.830)</u>	<u>24.532</u>	<u>(10.830)</u>
Total	<u>892.637</u>	<u>(175.436)</u>	<u>987.373</u>	<u>(172.904)</u>

Considerando que a exposição da Companhia e suas controladas ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swap tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a recente desvalorização do Real em decorrência da atual condição de mercado não produziu ou produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo).

O resultado com essas operações gerou ganho no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 225.928 (perda de R\$ 36.137 em 31 de dezembro de 2007) na controladora e R\$ 233.995 (perda de R\$ 50.713 em 31 de dezembro de 2007) no consolidado, registrado contabilmente no resultado financeiro. A variação cambial sobre os empréstimos indexados em moeda estrangeira (sob proteção destes derivativos) contabilizada como despesa financeira no exercício foi de R\$ 325.455 (R\$ 30.269, contabilizada a crédito de despesa financeira em 31 de dezembro de 2007) na controladora e R\$ 340.425 (R\$ 41.986 em 31 de dezembro de 2007) no consolidado.

f) Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pela Companhia e suas controladas, foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2008, a dívida bruta da Companhia (controladora) em moeda estrangeira era de R\$ 892.637, sendo R\$ 546.252 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 346.385 em Iene. No consolidado a dívida bruta era de e R\$987.373, sendo R\$ 640.988 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 346.385 em Iene.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 06 de março de 2009, indicava uma taxa de câmbio para final de 2009 (cenário provável) de 2,3000 R\$/US\$ e 0,023956 R\$/Iene, ante uma taxa de 2,3370 R\$/US\$ e 0,024341 R\$/Iene verificada no final do exercício de 2008.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I - Deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
<u>Dólar</u>				
Taxa câmbio em 2008		2,3370	2,3370	2,3370
Taxa câmbio estimada em 2009		2,3000	2,8750	3,4500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(8.648)	125.753	260.154
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	8.648	(125.753)	(260.154)
	<u>Efeito Líquido</u>	Nulo	Nulo	Nulo
<u>Iene</u>				
Taxa câmbio em 2008		0,024341	0,024341	0,024341
Taxa câmbio estimada em 2009		0,023956	0,029945	0,037431
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação Iene)	(5.484)	79.741	186.273
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação Iene)	5.484	(79.741)	(186.273)
	<u>Efeito Líquido</u>	Nulo	Nulo	Nulo
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I - Deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>

Visão Consolidado:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I - Deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
<u>Dólar</u>				
Taxa câmbio em 2008		2,3370	2,3370	2,3370
Taxa câmbio estimada em 2009		2,3000	2,8750	3,4500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(10.148)	147.562	305.272

Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	10.148	(147.562)	(305.272)
	<u>Efeito Líquido</u>	Nulo	Nulo	Nulo
<u>Iene</u>				
Taxa câmbio em 2008		0,024341	0,024341	0,024341
Taxa câmbio estimada em 2009		0,023956	0,029945	0,037431
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação Iene)	(5.484)	79.741	186.273
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação Iene)	5.484	(79.741)	(186.273)
	<u>Efeito Líquido</u>	Nulo	Nulo	Nulo

g) Análise de sensibilidade a variação da taxa do CDI

A Companhia e suas controladas mantêm a totalidade da sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$502.449 representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de títulos e valores mobiliários (no consolidado a dívida líquida era de R\$704.802).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 06 de março de 2009 indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,87%, cenário provável para o ano de 2009, ante a taxa efetiva de 12,37% verificada no ano de 2008.

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora:

<u>Operação</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I - Deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva anual do CDI em 2008	12,37%	12,37%	12,37%
Dívida Líquida	502.499	502.499	502.499
Taxa anual estimada do CDI	10,87%	13,59%	16,31%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	(7.537)	-	-
Aumento	-	6.118	19.773

Visão Consolidado:

<u>Operação</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I - Deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva anual do CDI em 2008	12,37%	12,37%	12,37%
Dívida Líquida	704.802	704.802	704.802
Taxa anual estimada do CDI	10,87%	13,59%	16,31%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	(10.572)	-	-
Aumento	-	8.581	27.734

## 22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Referem-se, essencialmente, à baixas de ativos diferidos não reclassificáveis (nota 2b), bem como gastos de reestruturação em conexão com o processo de integração das operações da Americanas.com e Submarino.

## 23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros para os bens do estoque e do ativo imobilizado, bem como para roubos e furtos de numerário. Em 31 de dezembro de 2008, tais coberturas são assim demonstradas:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura - R\$</u>
Estoques e imobilizado	Incêndios e riscos diversos	350.500
	Lucro cessante	99.000
	Responsabilidade civil	16.440
	Roubos	2.603

## 24. CONTRATOS DE LOCAÇÃO

A Companhia mantém um Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda (empresa não relacionada). Através deste instrumento, a controlada B2W, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela controlada a partir de agosto de 2008 deste corrente ano mantendo ainda os CDs de Pirambóia e Osasco os quais se esperam que no futuro sejam consolidados para este novo CD pertencente a Hulusa.

O aluguel será atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 31 de dezembro de 2008 o valor do aluguel mensal era de R\$ 618). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a B2W – Companhia Global do Varejo efetuou pagamentos no montante total de R\$10.000 que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. Lojas Americanas S.A. é fiadora, devedora solidária, e principal pagadora das obrigações da Companhia sob o referido contrato.

A Companhia incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs o montante de R\$14.402 (R\$9.232 em 31 de dezembro de 2007).

Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 31 de dezembro de 2008 são assim distribuídos:

<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 em</u>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	----------------

diante

Aluguéis	15.972	15.470	15.002	15.002	15.002	15.002
----------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## 25. REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os Administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2008, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia foi de R\$11.913 e R\$8.526, respectivamente (R\$13.040 e R\$9.736 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na nota explicativa 20 letra i).

B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 DE 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007			2008	2007		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e bancos		26.673	81.762	37.324	83.204	Fornecedores		654.854	659.478	662.917	667.021
Títulos e valores mobiliários	4	701.006	33.803	704.569	39.015	Empréstimos e financiamentos	13	583.311	420.066	799.878	536.955
Contas a receber de clientes	5	305.939	682.620	513.273	798.872	Debêntures	14	25.885	-	25.885	-
Estoques	6	308.394	298.791	344.647	311.637	Salários, encargos e contribuições sociais		6.295	11.819	8.737	15.024
Impostos a recuperar	7	28.060	2.344	33.690	2.659	Tributos a recolher	15	29.508	32.716	31.898	33.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	60.073	24.533	60.597	24.533	Dividendos propostos	20 g	18.012	14.774	18.012	14.774
Despesas antecipadas		112.845	43.793	112.853	43.803	Outras obrigações	14	25.213	95.088	46.075	98.455
Demais contas a receber		142.722	84.583	147.488	85.640	Total do passivo circulante		1.343.078	1.233.941	1.593.402	1.365.631
Total do ativo circulante		1.685.712	1.252.229	1.954.441	1.389.363	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>Exigível a longo prazo:</b>					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	13	258.024	107.573	258.024	107.573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	24.192	35.513	26.267	37.326	Debêntures	14	362.908	-	362.908	-
Depósitos judiciais	16	6.156	2.719	6.175	2.719	Tributos a recolher	16	5.534	-	5.534	-
Outros créditos a receber		13.661	-	6.321	1.585	Partes relacionadas	18	2.090	7.583	2.090	7.583
Investimentos	9	22.303	14.000	-	-	Provisões para contingências	19	4.270	1.880	4.270	1.880
Imobilizado	10	75.316	40.212	76.663	41.142	Outras obrigações		4.747	3.457	4.747	5.102
Intangível	11	299.227	246.889	306.388	251.834	Total do passivo não circulante		637.573	120.493	637.573	122.138
Diferido	12	77.350	85.392	77.986	86.320	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Total do ativo não circulante		518.205	424.725	499.800	420.926	Capital social	20 a	181.566	174.767	181.566	174.767
<b>TOTAL DO ATIVO</b>						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
		2.203.917	1.676.954	2.454.241	1.810.289	Reservas de capital	20 d	203.508	200.000	203.508	200.000
						(-) Ações em tesouraria	20 b	(200.000)	(99.677)	(200.000)	(99.677)
						Ajuste de avaliação patrimonial	21 b	(861)	-	(861)	-
						Reservas de lucros		60.936	47.430	60.936	47.430
						(-) Ações em tesouraria	20 b	(21.883)	-	(21.883)	-
						Total do patrimônio líquido		223.266	322.520	223.266	322.520
								2.203.917	1.676.954	2.454.241	1.810.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		4.212.192	3.394.108	4.477.516	3.592.625
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		<u>(1.297.356)</u>	<u>(1.036.551)</u>	<u>(1.360.605)</u>	<u>(1.090.278)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>2.914.836</u>	<u>2.357.557</u>	<u>3.116.911</u>	<u>2.502.347</u>
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(2.067.998)</u>	<u>(1.646.394)</u>	<u>(2.201.439)</u>	<u>(1.754.046)</u>
LUCRO BRUTO		<u>846.838</u>	<u>711.163</u>	<u>915.472</u>	<u>748.301</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(413.172)	(332.637)	(440.361)	(345.567)
Depreciações e amortizações		(84.805)	(54.804)	(87.202)	(56.761)
Gerais e administrativas		(53.068)	(42.342)	(64.101)	(54.254)
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.888	(404)	-	-
Honorários dos administradores		(3.581)	(1.334)	(3.811)	(1.334)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(47.076)</u>	<u>-</u>	<u>(47.105)</u>	<u>-</u>
		<u>(597.814)</u>	<u>(431.521)</u>	<u>(642.580)</u>	<u>(457.916)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>249.024</u>	<u>279.642</u>	<u>272.892</u>	<u>290.385</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		171.752	6.958	188.927	8.414
Despesas financeiras		<u>(305.437)</u>	<u>(166.923)</u>	<u>(340.398)</u>	<u>(179.425)</u>
		<u>(133.685)</u>	<u>(159.965)</u>	<u>(151.471)</u>	<u>(171.011)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>115.339</u>	<u>119.677</u>	<u>121.421</u>	<u>119.374</u>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		-	(18.136)	-	(18.136)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>115.339</u>	<u>101.541</u>	<u>121.421</u>	<u>101.238</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	8 d	(38.456)	(18.219)	(45.324)	(19.729)
Diferido	8 d	<u>560</u>	<u>(15.318)</u>	<u>1.346</u>	<u>(13.505)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES		<u>77.443</u>	<u>68.004</u>	<u>77.443</u>	<u>68.004</u>
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES		-	(5.800)	-	(5.800)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>77.443</u>	<u>62.204</u>	<u>77.443</u>	<u>62.204</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO, EXCLUINDO AÇÕES EM TESOURARIA - R\$		<u>702,68</u>	<u>555,54</u>	<u>702,68</u>	<u>555,54</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
						Reserva legal	Reserva para expansão			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2007		151.612							(122.645)	28.967
Incorporação societária em 31 de março de 2007	1, 20 a, e	142.620	200.000							342.620
Redução de capital em 31 de março de 2007, sem o cancelamento de ações	20 a	(122.645)							122.645	
Aumento de capital em dinheiro (opção de compra de ações)	20 a, i	3.180								3.180
Recuperação de ações de emissão da Companhia	20 b			(99.677)						(99.677)
Lucro líquido do exercício									62.204	62.204
<u>Destinação do lucro líquido do exercício:</u>										
Reserva legal	20 e					3.110			(3.110)	
Dividendos obrigatórios (R\$ 131,95 por lote de mil ações, excluindo ações em tesouraria)									(14.774)	(14.774)
Destinação para reserva para expansão	20 f						44.320		(44.320)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		174.767	200.000	(99.677)		3.110	44.320			322.520
Ajustes de exercício anterior (CPC 13)	2 b		1.781				(45.925)			(44.144)
		174.767	201.781	(99.677)		3.110	(1.605)			278.376
Aumento de capital em dinheiro (opção de compra de ações)	20 i	6.799								6.799
Recuperação de ações de emissão da Companhia	20 b			(100.323)				(21.883)		(122.206)
Plano de opção de ações	20 i		1.727							1.727
Lucro líquido do exercício									77.443	77.443
Ajuste de avaliação patrimonial - aplicações financeiras	21 b				(861)					(861)
<u>Destinação do lucro líquido do exercício:</u>										
Compensação de prejuízos acumulados							1.605		(1.605)	
Reserva legal	20 e, g					3.792			(3.792)	
Dividendos obrigatórios (R\$ 163,43 por lote de mil ações, excluindo ações em tesouraria)	20 g								(18.012)	(18.012)
Destinação para reserva para expansão	20 f, g						54.034		(54.034)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		181.566	203.508	(200.000)	(861)	6.902	54.034	(21.883)	-	223.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		77.443	62.204	77.443	62.204
Ajustes ao lucro líquido:					
Ajuste Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	2 b	10.444	-	10.444	-
Depreciações e amortizações		84.805	54.804	87.202	56.761
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(560)	15.318	(1.346)	13.505
Juros, variações monetárias e cambiais		205.235	95.899	235.990	106.506
Equivalência patrimonial	9	(3.888)	404	-	-
Outros		8.807	3.810	10.173	1.975
Lucro líquido ajustado		382.286	232.439	419.906	240.951
(Acréscimo) decréscimo em ativos:					
Contas a receber de clientes		(8.714)	(415.395)	(101.560)	(468.621)
Estoques		(24.373)	(45.211)	(47.780)	(50.159)
Impostos a recuperar correntes e diferidos, líquido		(20.336)	3.653	(25.651)	3.324
Despesas antecipadas		(35.828)	(80.357)	(35.828)	(80.252)
Depósitos judiciais		(3.437)	(1.153)	(3.456)	(1.153)
Demais contas a receber (circulante e não circulante)		(73.292)	(42.439)	(68.076)	(41.453)
		(165.980)	(580.902)	(282.351)	(638.314)
Acréscimo (decréscimo) em passivos:					
Fornecedores		4.611	219.352	5.131	224.605
Salários, encargos e contribuições sociais		(5.524)	4.665	(6.287)	7.224
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		1.652	-	3.355	-
Dívidas com pessoas ligadas		(5.493)	4.940	(5.493)	7.209
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(68.187)	4.025	(52.336)	2.397
		(72.941)	232.982	(55.630)	241.435
Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais		143.365	(115.481)	81.925	(155.928)
Atividades de investimento:					
Investimentos em controladas e controlada em conjunto		(4.415)	(6.539)	-	-
Ativo permanente		(185.157)	(138.273)	(189.495)	(140.359)
Caixa usado nas atividades de investimento		(189.572)	(144.812)	(189.495)	(140.359)
Atividades de financiamento:					
Empréstimos e financiamentos					
Adições		1.540.908	1.548.532	1.968.451	1.886.846
Pagamentos		(1.317.628)	(1.375.668)	(1.676.248)	(1.678.395)
Debêntures		364.400	-	364.400	-
Títulos e valores mobiliários		(629.436)	-	(627.787)	-
Desconto de recebíveis		163.055	437.371	163.055	437.372
Aumento de capital em dinheiro	20 i	6.799	3.180	6.799	3.180
Contas a pagar por resgate de ações	20 c	-	(441.047)	-	(441.047)
Recompra de ações de emissão da Companhia	20 b	(122.206)	(99.677)	(122.206)	(99.677)
Dividendos		(14.774)	(2.729)	(14.774)	(2.729)
Incorporação de empresa	1	-	305.177	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento		(8.882)	375.139	61.690	105.550
Acréscimo (redução) líquido em caixa e bancos		(55.089)	114.846	(45.880)	(190.737)
Caixa e bancos no início do exercício		81.762	719	83.204	312.956
Caixa e bancos no fim do exercício		26.673	115.565	37.324	122.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
RECEITAS		3.608.132	2.991.415	3.872.214	3.135.680
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		3.611.020	3.016.256	3.876.943	3.161.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.888)	(6.705)	(4.729)	(7.230)
Resultado não operacional		-	(18.136)	-	(18.136)
MERCADORIAS ADQUIRIDAS DE TERCEIROS		(3.091.102)	(2.325.499)	(3.253.882)	(2.450.654)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(2.627.921)	(2.073.594)	(2.767.428)	(2.181.246)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(463.181)	(251.905)	(486.454)	(269.408)
RETENÇÕES		(84.805)	(54.804)	(87.202)	(56.761)
Depreciação e amortização		(84.805)	(54.804)	(87.202)	(56.761)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		432.225	611.112	531.130	628.265
VALOR ADICIONADO RECIBIDO EM TRANSFERÊNCIA		175.640	6.554	188.927	8.414
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.888	(404)	-	-
Receitas financeiras		171.752	6.958	188.927	8.414
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		607.865	617.666	720.057	636.679
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		607.865	617.666	720.057	636.679
Empregados		56.561	51.794	61.631	55.633
Salários, encargos e benefícios		52.980	44.660	57.820	48.499
Participação de empregados e administradores		-	5.800	-	5.800
Honorários dos administradores		3.581	1.334	3.811	1.334
Tributos		153.561	325.053	225.188	327.349
Federais		23.480	136.657	83.613	138.905
Estaduais		129.466	185.930	140.942	185.967
Municipais		615	2.466	633	2.477
Remuneração de capitais de terceiros		320.300	178.615	355.795	191.493
Juros		305.437	166.923	340.398	179.425
Aluguéis		14.636	11.395	15.172	11.768
Outras		227	297	225	300
Remuneração de capitais próprios		77.443	62.204	77.443	62.204
Dividendos		18.012	14.774	18.012	14.774
Lucro retidos		59.431	47.430	59.431	47.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.